

Justiça homologa acordo com banco alemão usado por Paulo Maluf

Reprodução



A juíza Maria Gabriella Pavlóoulos Spaolnzi, da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, homologou a transação no valor de US\$ 20 milhões [firmada em fevereiro](#) deste ano com o Deutsche Bank para evitar qualquer discussão sobre irregularidades na movimentação, por familiares do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf (*foto*), de cerca de US\$ 200 milhões em contas de empresas de fachada (offshore) na Ilha de Jersey, entre 1996 e 2000.

A juíza registrou que o pedido de homologação, inédito nas Varas da Fazenda Pública da capital, atende ao interesse público, pois o valor representa cerca de 20 vezes o total obtido pelo banco nas aplicações financeiras. O total de US\$

20 milhões deverá ser depositado pelo banco em contas do município e do estado dentro de 45 dias. O acordo entre o banco, a prefeitura de São Paulo e o Ministério Público estadual encerra a discussão se o banco poderia ser alvo de ação judicial por negligência.

Segundo o termo firmado pelos promotores de Justiça Silvio Antonio Marques, José Carlos Blat e César Dario Mariano da Silva, embora não tenha desviado recursos públicos, o banco pagará indenização por danos materiais e danos morais coletivos causados ao município.

De acordo com as investigações, foi constatado que, durante o governo do ex-prefeito Paulo Maluf (1993-1996) na prefeitura de São Paulo, houve desvios de cerca de US\$ 340 milhões das obras da Avenida Água Espraiada (atual Avenida Roberto Marinho) e do Túnel Ayrton Senna. Dos US\$ 200 milhões remetidos para a Ilha de Jersey, cerca de US\$ 93 milhões foram investidos entre 1997 e 1998 na Eucatex, empresa controlada pela família Maluf.

O valor total a ser pago pelo Deutsche Bank será dividido da seguinte forma: US\$ 18 milhões para o município de São Paulo; US\$ 1,5 milhão para o estado de São Paulo; US\$ 300 mil para o Fundo Estadual de Interesses Difusos (FID); e US\$ 200 mil para custear perícias e outras despesas em dois processos instaurados em face do ex-prefeito Paulo Maluf e outros.

O dinheiro destinado ao município deverá ser usado na aquisição de terrenos para a construção de creches, de acordo com declarações públicas do prefeito de São Paulo. Caberá ao Ministério Público acompanhar a aplicação dos recursos. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MP-SP.*

Date Created

20/10/2014